



REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 17-3 (2024)

Maurício Jorge Pereira da Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.03, 2024.

Maurício Jorge Pereira da Mota

DOI: [10.12957/rqi.2024.90458](https://doi.org/10.12957/rqi.2024.90458)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, nesse volume 17, número 01, 2024, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que o artigo do Professor Luís Roberto Barroso “Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito” publicado em Barroso, Luís Roberto. "Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito" Revista Quaestio Iuris 2.1 (2006): 1-48, foi citado na tese de doutorado de Rocío del Pilar Vargas Morales denominada “El Derecho a la identidad del hijo como objeto de protección de la presunción pater is est : alcances, límites y necesidad de cambio en el código civil de 1984” da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “El principio in dubio pro natura: un desafío regulatoria clave para la incorporación de la incertidumbre en la gestión ambiental de los riesgos” de Iván Vargas-Chaves e Alexandra Cumbe Figueroa.

Nesse artigo se busca demonstrar a transição do princípio da precaução para o princípio in dubio pro natura como solução e abordagem para a tomada de decisões antecipatórias em relação aos danos ambientais, em um cenário de desconhecimento do estado atual da ciência sobre os riscos potenciais que determinadas atividades, tecnologias, processos ou produtos podem apresentar. Para atingir esse objetivo, utilizou-se a análise documental com abordagem hermenêutica e holística como metodologias de estudo e abordagem dessa problemática. Os resultados apresentam uma série de considerações sob a ótica do direito comparado, com ênfase especial na troca de conhecimentos jurídicos e na complexidade envolvida na tomada de uma decisão que favoreça a natureza, diante da existência de qualquer dúvida razoável sobre potenciais danos irreversíveis dos quais não se tem conhecimento. Por fim, conclui-se que o princípio in dubio pro natura pode ser uma solução para a perda de legitimidade institucional do princípio da precaução, especialmente em casos complexos.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 17, número 03, 2024, publicamos 13 (treze) artigos inéditos, sendo 05 (cinco) artigos estrangeiros: Digitalización de la justicia española: estrategia justicia digital 2030 de la Generalitat de Catalunya y herramientas digitales em el derecho de sociedades, o já mencionado El principio in dubio pro natura: un desafío regulatoria clave para la incorporación de la incertidumbre en la gestión ambiental de los riesgos, La perversión moral del principio de no lucro, Persons, self-ownership and democracy e Algunos problemas probatorios que plantea la justicia retroactiva.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “As mídias digitais e seu papel no controle social pelo olhar criminológico crítico: análise dos compromissos assumidos no Brasil no combate às fake news durante as eleições de 2022” e “A colonialidade das novas tecnologias: uma proposta de giro decolonial na era da inteligência artificial”.



Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris



Sobre o autor:

Maurício Jorge Pereira da Mota

Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e Procurador do Estado -Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros -IAB. Editor Chefe da Revista Quaestio Iuris e da Revista de Direito da Cidade. Coordenador do Curso de Especialização em Advocacia Pública da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito da Cidade da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro -EMERJ. Consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Privado e Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: boa-fé, contratos, proteção ao devedor, políticas públicas, direito ambiental e controle da administração pública.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8340543270360777> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-1330>

E-mail: mjmota1@gmail.com

